

Concorrência ameaça atacadistas

Wanderley Pozzembom 7.07.95



Pagando até 25% de ICMS, contra no máximo 10% pagos por distribuidores de Minas e Goiás, os atacadistas locais vêem seus produtos acumularem nos galpões

Distribuidores de outros estados gastam menos com impostos e levam vantagem ao vender seus produtos no mercado do DF

Rogério Dy La Fuente
Da equipe do Correio

A guerra fiscal entre os estados atingiu diretamente os atacadistas do Distrito Federal. Em 1993, havia no DF mais de cem empresas do setor. Hoje, há aproximadamente 50. "Uma das razões disso é a concorrência desleal dos atacadistas dos estados de Minas Gerais, do Sul e de Goiás conosco", afirma Saulo Davi de Melo, presidente da recém-criada Associação dos Atacadistas e Distribuidores do Distrito Federal (ATA-DF).

Segundo Saulo, os atacadistas e distribuidores de bens de consumo básico (gêneros alimentícios, produtos de higiene, etc.) de Minas Gerais e dos estados do Sul do País fornecem produtos ao comércio varejista do Distrito Federal com alíquotas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 7%. No caso das empresas sediadas em Goiás, a alíquota é de 10%.

"Nós, que criamos emprego e arrecadamos impostos para o desenvolvimento daqui, temos a taxação de ICMS em nossos produtos de 17 a 25%. As empresas dos outros estados, que não deixam nada em Brasília que não sejam seus produtos, só nos batem porque, com menos imposto, oferecem preços menores", diz Saulo.

Os únicos produtos que os atacadistas do DF vendem com carga tributária reduzida são os que compõem a cesta básica. A cesta alimentar comercializada em Brasília, cujos preços são pesquisados a cada mês pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), é composta arroz, açúcar cristal, banana d'água, batata inglesa, tomate, coxão mole, café em pó, feijão preto, farinha de trigo, leite tipo C, margarina, óleo de soja e pão francês. A inci-

dência de ICMS sobre a venda desses produtos é de apenas 7%.

UNIÃO

Na noite de terça-feira, 32 empresas, entre atacadistas e distribuidoras sediadas em Brasília, formaram a ATA. "Hoje, só há quatro caminhos para os atacadistas e distribuidores de Brasília: mudar de ramo, mudar de cidade, fechar as portas ou passar a sonegar os impostos. A última delas, não aconselhamos a ninguém", diz Saulo, proprietário da Machmelo Comércio e Representações Ltda, que está em 93º lugar no ranking que a Secretaria de Fazenda monta das 150 empresas que mais arrecadam ICMS no DF.

"Nunca tivemos representatividade para poder negociar qualquer coisa que fosse com o GDF. O antigo secretário de Fazenda, Wasny de Roure, chegou a receber grupos de atacadistas há um ano e meio, mas as conversas nunca resultaram em algo prático", afirma Saulo. A associação dos atacadistas, apesar de recém-formada, já conta com aliados na Câmara Legislativa. O deputado Marcos Arruda (PSDB) apresentou um projeto prevendo a redução da alíquota do ICMS incidente nos produtos comercializados pelos atacadistas de Brasília para 7%.

"Já está mais que configurado que existe a concorrência desleal dos atacadistas, principalmente do Triângulo Mineiro, com os empresários do setor sediados em Brasília. A intenção do projeto não é conceder facilidades, mas a igualdade aos empresários daqui", afirma Marcos Arruda, certo de que a redução na carga de impostos evitará a saída de empresas do DF, além de criar mais empregos.

A Secretaria de Fazenda do GDF não recebeu qualquer pleito dos atacadistas e não dispõe de estudos sobre a redução de impostos para o setor.